

Termo de Referência 14/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2024	110511-CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA	OSCAR AIRES DA SILVA FILHO	15/02/2024 12:09 (v 3.0)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	90268/2023	60090.000684/2023-12

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para Ativação de Assinatura do Serviço de *Link* Via Satélite para comunicadores do tipo Spot X, considerando que o CENSIPAM já dispõe dos referidos equipamentos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	CÓD PMCTIC	Quantidade Total de Serviço	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1	Ativação de Assinatura do Serviço de Link Via Satélite para comunicadores do tipo Spot X	26565	UN	443/2023	10	R\$ 233,59	R\$ 2.335,90	R\$ 28.030,80

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme especificação técnica da solução, constante do Anexo I, deste Termo de referência.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 04 (quatro) anos, totalizando 5 anos, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, com previsão orçamentária no PCA 2024 (em execução), conforme item 11 do Termo de Referência.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1.A descrição da solução como um todo encontra-se em nas Especificações Técnicas, Anexo I, deste Termo de Referência.

2.2. A solução de TIC consiste em contratar a Ativação de Assinatura do Serviço de *Link* Via Satélite para comunicadores do tipo Spot X, que possibilite: a troca de mensagens de SMS e/ou e-mail; S.O.S. - onde Usuários possam enviar uma mensagem de emergência e transmitir coordenadas de GPS (botão de pânico); Rastreo - Monitorar o movimento em intervalos de 2½, 5, 10, 30 ou 60 minutos permitindo o acompanhamento do deslocamento de pessoas através de ferramenta web; Checkin Bússola-integrada e pontos de referência programáveis para auxílio na navegação durante o deslocamento.

2.3. O objeto não se encontra relacionado às soluções de TIC ofertadas no catálogo de Soluções de TIC do Governo digital.

2.4. Conforme previsto no Guia de Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC – Versão 4 (disponível em https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf), a aquisição de tablets e smartphones, deve-se considerar o tempo de vida útil de 2 (dois) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento.

2.5. Os serviços a serem ativados nos comunicadores Spot X, em cada uma das regionais, cumprem a mesma função, e devem ter as mesmas configurações para que haja homogeneidade das informações, com padronização de procedimentos operacionais em todas as unidades do órgão. Portanto, a aquisição do serviço será realizada de um mesmo fornecedor.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se pelo fato dos comunicadores *satelital* bilateral (SPOT X), total 10 (DEZ) equipamentos, que integram o conjunto de soluções do CENSIPAM, desde 2022, utilizado na localização/rastreamento de pessoas para a base de apoio das operações, através do serviço de posicionamento por satélite (GPS), em tempo real e ininterrupto, estarem sem o serviço de telemetria, devendo ter a ativação do serviço de Assinatura de *Link* Via Satélite contratado por 01 ano, prorrogável por mais 04 anos, totalizando 05 anos.

Apesar do CENSIPAM, por meio da disponibilização de ferramentas de comando e controle, geoprocessamento e análise de imagens, levantamento de alvos (GIPAM), Imageamento por SARP, comunicação via satélite (VSAT), ter um serviço bastante robusto, necessita contar, também, com a solução de comunicação homem/homem, para aumento da segurança dos agentes em campo.

Os equipamentos de comunicação servem para o uso das equipes do CENSIPAM, tanto de Brasília/DF (CCG), quanto dos centros regionais: Manaus/AM (CR-MN), Belém/PA (CR-BE) e Porto Velho/RO (CR-PV), além da prestação de apoio aos órgãos parceiros durante os deslocamentos da equipes em missões de campo, onde não haja sinal de telefonia celular, ou, de qualquer outro meio de comunicação. Ressalta-se que cabe ao CENSIPAM atuar na proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, articulação, planejamento, integração de informações e geração de conhecimento de forma continuada.

Para tal, faz-se necessária a constante atualização e ampliação dos meios tecnológicos para a execução destas tarefas. Desse modo, a presente demanda, quantificada pelo total de 10 (dez) comunicadores existentes, sendo a ativação do serviço para cada um dos equipamentos, é essencial em benefício da consecução das atividades desenvolvidas por este Centro Gestor, em especial, de apoio ao homem nas missões de campo, contribuindo para o sucesso das ações governamentais no combate aos ilícitos na Região Amazônica.

DISTRIBUIÇÃO SPOT X

Coordenação Geral / Centros Regionais

LOCALIDADE	QUANTIDADE DE SPOT X
Centro de Coordenação Geral Brasília	04
Centro Regional de Porto Velho	02
Centro Regional de Manaus	02
Centro Regional de Belém	02
TOTAL	10

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência e no item 11 "Adequação Orçamentária".

3.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2020-2023 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2020 – 2023 v.4 do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	
ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI) 2022 – 2024 (https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/planejamento/planejamento-estrategico-institucional-do-censipam-pei-censipam)	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO
OE2 – Aprimorar os produtos e serviços existentes.	2PE5 – Estimular a contratação e implantação de software como serviço (SaaS) e infraestrutura como serviço (IaaS).
	2PE7 - Aprimorar a conectividade em locais de interesse do CENSIPAM.
OE4 - Implantar novos produtos/soluções.	4PE1 - Implantar a capacidade de inteligência das comunicações.
ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR DE TIC (PDTIC) 2020 – 2023 v.4 (https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/planejamento/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-censipam-pdtic-censipam)	
AÇÃO DO PDTIC	META DO PDTIC ASSOCIADA

A1 - Conectividade - Conexão para transferência e coleta de dados da Internet, de satélite, de sensores e radares meteorológicos.	M1 - Disponibilidade do serviço de internet.
ALINHAMENTO AO PLANO DE TRABALHO ANUAL (PTA) 2024 (https://siga.sipam.gov.br/pta/iniciativas)	
ITEM	DESCRIÇÃO
058/24	Ativação e assinatura anual de serviço de comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreamento por via satélite.
ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) 2024 (https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-artefatos-web/artefatos/lista/DFD)	
ITEM	DESCRIÇÃO
443/23	Ativação e assinatura anual de serviço de comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreamento por via satélite para comunicador satelital bidirecional SPOT X.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.2. A Presente Contratação Orienta-se Pelos Seguintes Requisitos de Negócio

4.2.1. Trata-se de contratação de solução de Ativação de Assinatura do Serviço de *Link* Via Satélite para comunicadores do tipo Spot X, conforme suas Especificações Técnicas, pormenorizadas no Anexo I, deste Termo de Referência. O provimento do serviço, independentemente da empresa a ser contratada, dar-se-á através da conexão do aparelho (Spot X), a uma rede satelital por meio de estabelecimento de um *link* em visada, ou seja, é necessário que o aparelho esteja com sua antena apontada para a direção do satélite provedor do serviço. No caso, de existência de obstáculos sólidos no caminho e essas condicionantes não sejam atendidas, ainda assim, o serviço deverá ser mantido normalmente, e

4.2.2. Deve ser garantida a disponibilidade de uso contínuo do serviço.

Requisitos de Capacitação

4.3. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos legais

4.4. O presente processo de contratação adere à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.5. instrução Normativa SLTI nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

- 4.6. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2020 a 2023, versão 2020.4 (ainda não atualizado até a presente data, fevereiro de 2024) – Pode ser acessado por meio do link(https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/pdtic-2020-a-2023-1/arquivo/plano-diretor-datecnologia-da-informacao-pdtic_2020-a-2023.pdf);
- 4.7. Plano de Trabalho Anual – PTA, de 2024;
- 4.8. Planejamento e Gerenciamento de Contratação (PGC) de 2024, disponibilizado na Internet (<https://pgc-anterior.planejamento.gov.br/login?cnet-id=e3cd0fce-2bdf-4d1b-9e58-b5f4954825fe>);
- 4.9. Resolução CIG-CENSIPAM/SG-MD Nº 1 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022 que Aprova o Plano de Segurança Orgânica do Censipam e suas Normas Internas de Aplicação;
- 4.10. Portaria GM-MD nº 5.659, de 18 de novembro de 2022 – Aprova a Política de Segurança da Informação da administração central do Ministério da Defesa – POSIN-MD;
- 4.11. Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC – Versão 4, disponível em (https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf.)

Requisitos de Manutenção

- 4.12. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa /evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;
- 4.13. O suporte deve ser prestado pelo fabricante em português.

Requisitos Temporais

- 4.14. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de, 02 dias corridos para as capitais dos estados, e de 02 dias corridos para as demais localidades, pois se trata de serviço remoto, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;
- 4.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento
- 4.16. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.
- 4.17. Na execução dos serviços de chamados em aberto, deverão ser observados os seguintes prazos:

Serviço	Prazo máximo de início de atendimento
Solução inoperante. Os serviços estão indisponíveis	Em até 4 horas
Erros ou problemas reincidentes que impactam a operação da solução. Os serviços continuam disponíveis	Em até 16 horas
Problemas contornáveis, não afetando a performance, serviço ou operação ou a função afetada somente é utilizada eventualmente ou temporariamente	Em até 48 horas
Destinados à implementação de procedimentos de melhorias e correções com vistas a prevenir a ocorrência de problemas, elaboração de diagnósticos e esclarecimento de dúvidas	Em até 48 horas

- 4.18. Considera-se a data de início de execução contratual dos serviços a partir da assinatura do contrato e ativação do serviço. A contratação dos serviços dar-se-á em regime 24x7, ou seja, os serviços deverão estar permanentemente disponíveis todos os dias, inclusive em horários noturnos, finais de semana e feriados.

Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.19. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e
- 4.20. A CONTRATADA deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo, anexo II a este Termo de Referência.
- 4.21. Deverá ser mantido sigilo pelo Contratado sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato.
- 4.22. Os conhecimentos, dados e informações de propriedade do Censipam repassados ao Contratado por força do objeto do contrato, constituem informação privilegiada e possuem caráter de confidencialidade. Não será permitida ao Contratado a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do Censipam.
- 4.23. O Contratado deverá comunicar ao Contratante qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionário, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acessos aos sistemas, informações e recursos do Contratante, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.
- 4.24. O Contratado deverá seguir no que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade”, constante da Seção 7 do Anexo da IN SGD/ME nº 94/2022. Guia disponível em (<https://www.gov.br/governodigital>).

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.25. O serviço deve estar aderente às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
- 4.25.1. Os profissionais do Contratado quando estiverem nas dependências do Censipam, deverão apresentar-se vestindo de forma adequada ao ambiente de trabalho, utilizando vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional;
- 4.25.2. Os profissionais da Contratada deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

- 4.26. A prestação do serviço deve atender a legislação brasileira em especial as aplicáveis pela ANATEL.
- 4.27. A solução deve possibilitar a o rastreamento pessoal via satélite, a comunicação por mensagens curtas e o e acionamento de emergência (SOS).
- 4.28. O Censipam deverá disponibilizar a infraestrutura tecnológica, para o caso da atualização de *firmware* dos comunicadores, para prestação do serviço contratado.

Requisitos de Projeto e de Implementação

- 4.29. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:
- 4.29.1. A ativação do serviço e atualização dos comunicadores deverá ocorrer em conjunto: contratada / equipe de gestão do contrato.

Requisitos de Implantação

- 4.30. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:
- 4.30.1. O preposto da empresa coordenará a ativação do serviço, a sincronização dos equipamentos, e atualização de *firmware*, em remessa única, para cada 01 (um) dos 10 (dez) equipamentos Spot X, distribuídos no Centro Regional de Belém: 02 (dois) SPOT X, Centro Regional de Porto Velho: 02 (dois) SPOT X, Centro Regional de Manaus: 02 (dois) SPOT X e para a Coordenação-Geral de Brasília: 04 (quatro) SPOT X, junto ao gestor do contrato, que fica sediado no Centro de Coordenação-Geral do CENSIPAM (CCG), situado na Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco K, CEP 70610-200, em Brasília-DF, em horário de expediente, das 09h30 às 11h30 e das 14h00 às 17h30, telefones (61) 3214-0229.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.31. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do subitem 4.45.1. ao 4.45.5. deste Termo de Referência.

4.32. A Contratada deverá disponibilizar para abertura de chamados, um, ou, a combinação dos seguintes meios: telefone, aplicativo, internet, às suas expensas para solicitação de suporte técnico.

4.33. Na abertura de chamados técnicos junto à Central de Atendimento da contratada serão fornecidas as seguintes informações:

4.33.1. Problema observado;

4.33.2. Nome, telefone, e-mail do profissional do CENSIPAM responsável pela solicitação;

4.33.3. Severidade do chamado, conforme a Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados, conforme a tabela no item 4, REQUISITOS TEMPORAIS, deste Termo de Referência;

4.33.4. Todas as solicitações feitas pela Contratante deverão ser registradas pela Contratada em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços, e

4.33.5. A Contratada informará o número do chamado técnico no ato da comunicação efetuada pela equipe do CENSIPAM, o qual servirá de referência para acompanhamento do chamado, inclusive após o encerramento do mesmo.

Requisitos de Experiência Profissional

4.34. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.35. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.36. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.37. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.38. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica, e 24 horas por dia e 07 dias por semana por via telefônica.

4.39. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.40. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.40.1. Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do Censipam;

4.40.2. O Contratado é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto e forma divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Censipam a tais documentos;

4.40.3. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal, relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial, atenção à Lei de Geral de Proteção de Dados nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, ao Decreto Federal nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares);

4.40.4. O Contratado deverá ter ciência da Política de Segurança da Informação (POSIN-MD) (<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/posin-md-2022.pdf/@download/file>); e

4.40.5. O Contratado deverá assinar o Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, anexo II a este Termo de Referência.

Vistoria

4.41. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.42. A licitante vencedora deverá emitir auto-declaração de que observa os Critérios de Sustentabilidade Ambiental conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª Edição - Set/2023, de acordo com ações a serem adotadas como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais, “nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências.

Nota: A contratada não prestará o serviço objeto da licitação utilizando-se das dependências do Contratante.

Da Exigência de Carta de Solidariedade

4.43. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.44. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.45. Não haverá exigência a garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo listadas:

4.45.1. o pagamento somente será efetuado após a aferição de sua execução e a aplicação de eventuais glosas;

4.45.2.. objeto ora contrato não é complexo;

4.45.3. é um serviço comum;

4.45.4. não foram identificados riscos a contratação que justifiquem a sua exigência, e

4.45.5. Para efeito de encerramento contratual deverá ser emitido o Termo de Encerramento Contratual.

Informações relevantes para o apresentação da proposta

4.46. A demanda do órgão tem como base as características apresentadas no ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, deste Termo de Referência.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São Obrigações da Contratante:

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

- 5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- 5.1.9. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 5.1.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.11. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, e
- 5.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. Fazer a transição contratual, quando for o caso, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato;
- 5.2.10. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do Projeto Básico, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

5.2.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

5.2.12. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, e

5.2.13. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação assumidas; e 6.26.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. Não será formalizado registro de preço.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições de Execução

6.1. A Execução do Objeto Seguirá a Seguinte Dinâmica:

6.1.1. Início da ativação do serviço, até, 01 (um) dia, após assinatura do contrato.

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: Considera-se a data de início de execução dos serviços a partir da assinatura do contrato e ativação do serviço. A contratação dos serviços dar-se-á em regime 24x7, ou seja, os serviços deverão estar permanentemente disponíveis todos os dias, inclusive em horários noturnos, finais de semana e feriados.

6.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

EVENTO	ATIVIDADE	PRAZO	CONTAGEM	RESPONSÁVEL
0	Assinatura do Contrato	0	N/D	Contratante / Contratada
1	Apresentação de documentação exigida à contratada e a contratante	10	Dias corridos	Contratada
2	ativação do serviço e atualização de <i>firmware</i>	01	A partir da assinatura do contrato	Contratada /Gestor do contrato
3	Avaliação da ativação do Serviço e atualização de <i>firmware</i>	03	A partir da ativação do serviço e atualização de <i>firmware</i>	Fiscal técnico do contrato
4	Emissão do Termo de Recebimento Provisório	5	Dias corridos	Contratante

5	Emitir o Termo de Recebimento Definitivo e autorizar a emissão de Nota Fiscal do valor apurado ao preposto	10	Dias corridos	Contratante
6	Emissão de Nota Fiscal	10	Dias corridos	Contratada
7	Verificar Regularidades Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias	3	Dia úteis	Fiscal Administrativo do Contrato
8	Enviar para Liquidação/Pagamento	2	Dias úteis	Gestor do Contrato
9	Emitir Termo de Encerramento Contratual	N/D	N/D	Gestor do Contrato

6.1.4. Período de 02 (dois) dias para conclusão a ativação.

LOCAL e HORÁRIO da PRESTAÇÃO dos SERVIÇOS

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

6.2.1. O serviço será prestado com cobertura em todo território nacional, a todos os comunicadores, sendo 10 (dez) no total, existentes nas localidades: Brasília-DF, Manaus-AM, Belém-PA e Porto Velho-RO.

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

6.3.1. Os serviços serão prestados em regime 24x7, ou seja, os serviços deverão estar permanentemente disponíveis todos os dias, inclusive em horários noturnos, finais de semana e feriados, a todos os comunicadores constantes da tabela do item 6.1.2.

Formas de transferência de conhecimento

6.4. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.6. Para efeito de encerramento contratual deverá ser emitido o Termo de Encerramento Contratual.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.7. Cada OS conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.8. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.8.1. Ordem de Fornecimento de Bens;
- 6.8.2. Ata de Reunião;
- 6.8.3. Ofício;
- 6.8.4. Sistema de abertura de chamados; e
- 6.8.5. E-mails e Cartas.

Formas de Pagamento

6.9. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato deste TR.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.10. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.11. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no ANEXO II a este Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

Preposto

7.5. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.6. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.7. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1.1. Presença do representante legal do contratado, que apresentará o seu preposto;

7.7.1.2. Entrega, por parte do Contratado, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.1.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.1.5. Apresentação das declarações/certificados, comprovando que o serviço ofertado possui a configuração descrita neste termo de referência;

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.9.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.9.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Nota: os itens abaixo são necessários, por falta de campo adequado para inserção do texto.

7.9.6. O fiscal técnico comunicará, tão logo seja possível, os casos de: extravio/defeito/manutenção/etc do(s) comunicador(es) Spot X, ao Gestor do contrato, para que este envie as ações no sentido de suspender temporariamente, ou, permanentemente o(s) respectivo(s) serviço(s), ao(s) comunicador(es) que apresentar(em) óbice.

NOTA: No caso de suspensão temporária ou permanente do serviço, a contratada não deverá pagar pelo serviço suspenso, enquanto durar a suspensão.

7.9.7. Tão logo seja restabelecido o óbice, o fiscal técnico comunicará ao Gestor do contrato que solicitará a reativação do serviço ao(s) respectivo(s) comunicador(es).

Fiscalização Administrativa

7.10. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.11. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Fiscal Setorial

7.11.1. Servidor indicado pela autoridade para fiscalizar setorialmente o contrato quanto aos aspectos administrativos e operacionais, com as seguintes atribuições:

- 7.11.1.1. Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos;
- 7.11.1.2. Informar ao Gestor do Contrato sobre ocorrências quanto à execução do contrato;
- 7.11.1.3. Abrir chamados setoriais junto à Contratada;
- 7.11.1.4. Identificar problemas e apontar possíveis soluções.

Gestor do Contrato

7.12. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no anexo III do Termo de referência..

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 8.2.1. Não produza os resultados acordados,
- 8.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. Deixe de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. Ativação dos serviços e sincronização dos Spot X:

8.4.1.1. 100% de atendimento às especificações previstas no anexo I deste TR - Especificações Técnicas, 100% de Eficiência Operacional quanto: À Execução de rastreamento em intervalos programados e à Emissão e recebimento de mensagens de texto curtas (SMS).

8.4.2. Monitoramento Mensal dos serviços: APS – Índice de Atendimento no Prazo: Avaliação do relatório mensal de desempenho fornecido pela Contratada.

NOTA: A contratada deverá disponibilizar à contratante, mensalmente, até, o 10ª (décimo) corrido, através de um dos meios (e-mail, plataforma de Internet ou aplicativo), o relatório da disponibilidade dos serviços contendo informações mínimo de disponibilidade do serviço de rastreamento satelital e trocas de mensagens.

Do Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato:

8.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

8.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste de Inspeção

8.19. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.19.1 Dar-se-ão por meio dos seguintes mecanismos:

8.19.1.1. Definições contidas na "Seção 6" do Termo de referência - Modelo de Execução do Contrato.

8.19.1.2. Definições contidas na "Seção 7" do Termo de Referência - Modelo de Gestão do Contrato.

8.19.1.3. Especificações contidas no ANEXO I - Especificações Técnicas do Termo de referência.

Procedimentos de verificação

Avaliação (O quê)	Verificação (Como)
Serviços contratados	<ul style="list-style-type: none"> Verificação dos serviços contratados se estão alinhados às especificações previstas no ANEXO I - Especificações Técnicas. Verificação da eficiência operacional dos serviços ativos nos equipamentos quanto: <ol style="list-style-type: none"> À Execução de rastreamento em intervalos programados. À Emissão e recebimento de mensagens de texto curtas (SMS).
Disponibilidade dos serviços	<ul style="list-style-type: none"> Verificação do atendimento às mensurações mensais do IDS – Indicador de Disponibilidade do Serviço.

Sanções Administrativas e Procedimentos para Retenção ou Glosa no Pagamento

8.20. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

ID	OCORRÊNCIA	GLOSA/SANÇÃO
1	Atraso na execução do objeto	0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor mensal do contrato, por dia de atraso injustificado
		Após o limite de 5 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10 % do valor anual do Contrato
		O atraso superior a 15 (quinze) dias autorizará o Censipam promover a rescisão do Contrato
2	Inexecução parcial do contrato (caso de não ativação do serviço para todos os spot X)	0,2% a 3,2% por dia limitado ao valor da parcela anual do contrato
3	Caso de inexecução total da obrigação assumida	10% (dez por cento) de multa compensatória sobre o valor total adjudicado
4	Prazo de atendimento para abertura de chamados	IMR - Anexo III ao Termo de Referência
5	Indicador de prazo de início de Atendimento de chamado	IMR - Anexo III ao Termo de Referência
6	Indicador de chamado resolvido dentro do prazo estabelecido	IMR - Anexo III ao Termo de Referência
7	Indicador de chamado Reaberto	IMR - Anexo III ao Termo de Referência
8	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	IMR - Anexo III ao Termo de Referência
9	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela	Advertência. em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 3 % do valor total do Contrato.

8.21. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

8.21.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.21.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Liquidação

8.30. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.31. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.32. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.321. o prazo de validade;

8.32.2. a data da emissão;

8.32.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.32.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.32.5. o valor a pagar; e

8.32.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.33. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.34. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.35. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.36. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.37. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.38. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.39. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.40. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.41. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice 0.5 % (meio por cento) ao mês de correção monetária.

Forma de pagamento

8.42. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.43. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.44. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.45. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.46. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.47. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.48. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.49. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

8.50. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FORNECEDOR

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço do item.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário: contratação da execução do serviço por preço certo de unidades determinadas.

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3. Fins atender ao contido no inciso I do Art 48, combinado com o Art 47, da LC123, de 14 de dezembro de 2006, será aplicada preferência destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte no item desta contratação, devido ao valor ser inferior a R\$ 80.000,00.

Exigências de Habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.5. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:**

portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa . ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo DecretoLei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; e

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.28.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional de fornecimento de *link* via satélite para comunicadores Spot X, em plena validade;

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1. Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter realizado fornecimento /serviço similar aos itens objeto deste Termo de Referência., no caso específico, ativação e prestação de serviço de link de Satélite, no mínimo, em 50% do quantitativo de serviços pretendidos.

9.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.34.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.34.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.34.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.34.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.34.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. Estimativas do Valor da Contratação

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 28.030,80 (vinte e oito mil e trinta reais e oitenta centavos) conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

Estimativa da Contratação,

Nota: será ativado um serviço por comunicador, total de 10 (dez) comunicadores.

CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRAÇÃO					
Item	Aquisição	Quantidade Total do Serviço	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1	Serviço	10 UN	R\$ 233,59	R\$ 2.335,90	R\$ 28.030,80
TOTAL					R\$ 28.030,80

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. Adequação Orçamentária

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação, Despacho 89 COLIC (6875278):
- 11.2.1. Órgão/Gestão: 110511/0001;
 - 11.2.2. Programa: 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
 - 11.2.3. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam
 - 11.2.4.Fonte: 1000 - Recursos Livres da União;
 - 11.2.5. Plano Orçamentário (PO): 0004 – Telecomunicação, tecnologia da informação, sensores e inovação tecnológica;
 - 11.2.6. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 228755;
 - 11.2.7. Natureza da Despesa: 33.90.40.13 - Comunicação de Dados e Redes em Geral; e
 - 11.2.8. Código do Sistema PTA/2024: 058/24 – Spot-x – Comunicação de emergência
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cronograma Físico Financeiro

Tabela 9- Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo Estimado	Valor Mensal de serviço para 10 (dez) comunicadores
Evento 1	Até 30 dias corridos após a emissão da OS	R\$ 2.335,90

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

OSCAR AIRES DA SILVA FILHO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 15/02/2024 às 12:09:17.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Especificacao Tecnica do Objeto.pdf (140.06 KB)
- Anexo II - Termo de Compromisso de Manutencao de Sigilo.pdf (51.53 KB)
- Anexo III - Indice de Medicao de Resultado.pdf (120.46 KB)
- Anexo IV - Cdastrro de Usuario Externo no Sistema Eletronico de Informacoes.pdf (35.37 KB)
- Anexo V - Carta de Apresentacao de Representante Legal.pdf (16.85 KB)
- Anexo VI - Modelo de Termo de Recebimento Provisorio.pdf (46.1 KB)
- Anexo VII - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo.pdf (42.85 KB)
- Anexo VIII - Modelo de Termo de Encerramento Contratual.pdf (40.91 KB)
- Anexo IX - Estudo Tecnico Preliminar 100_2023 05 02 24.pdf (192.8 KB)

Anexo I - Especificacao Tecnica do Objeto.pdf

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

A descrição da solução como um todo abrange a contratação, por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço do item, de empresa especializada para o provimento de serviço de assinatura de *link* via satélite para 10 (dez) aparelhos do tipo Spot X, para comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreio por via satélite e serviço de ativação e assinatura anual, com pagamento mensal. O serviço a ser contratado segue relacionado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE Total de Serviço	NATUREZA
1	Ativação de Assinatura do Serviço de Link Via Satélite para comunicadores do tipo Spot X	26565	Un	10	Serviço

NOTA: Será ativado um serviço por comunicador, total de 10 (dez) comunicadores, pertencentes ao CENSIPAM.

O código CATSER, encontra-se cadastrado e ativo, constando no portal de Painel de Preços no seguinte endereço <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>.

O modelo de referência para ativação e prestação dos serviços aos equipamentos Spot X, deverão obedecer aos seguintes requisitos:

Mensagens - Possibilita a troca de mensagens de SMS e/ou e-mail; S.O.S.- Usuários podem enviar uma mensagem de emergência e transmitir coordenadas de GPS (botão de pânico); Rastreio - Monitora o movimento em intervalos de 2½, 5, 10, 30 ou 60 minutos, permitindo o acompanhamento do deslocamento através de ferramenta *web*; *Check-in*. Bússola - Bússola integrada e pontos de referência programáveis para auxílio na navegação durante o deslocamento.

- Ativação do plano anual, ilimitado, com pagamento mensal, para os comunicadores do tipo Spot X, Contrato de 12 meses, incluindo Solução de Gerenciamento de Dados e Mapeamento.
- A solução deverá oferecer rastreamento online e serviços de mapeamento;
- Mensagens Personalizadas Ilimitadas e bidirecionais;
- S.O.S. Ilimitado;
- Check-In Ilimitado;
- Mensagens Predefinidas Ilimitadas;

- Intervalos de Rastreo 2½, 5, 10, 30 e 60 minutos;
- Incluídas todas as taxas de ativação dos serviços;
- Cobertura - Todo o Território Nacional, e
- Taxa de ativação inclusa no valor do plano.

Anexo II - Termo de Compromisso de Manutencao de Sigilo.pdf

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO

O CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – CENSIPAM, vinculado ao Ministério da Defesa, com Inscrição no CNPJ/MJ sob nº 07.129.796/00001-26, com sede no Setor Policial, Área Especial 5, Quadra 3, Bloco “K”, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-200, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a, sediada em , CNPJ n.º, doravante denominada CONTRATADA; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I- Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II- Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III- Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro– A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo– A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I- A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro– A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por Escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I- Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO

Parágrafo Sexto- A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I- Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II- Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III- Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO

definidas. Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I. A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito

Brasília, _____ de _____ de 2024.

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO

De Acordo

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

TERMO DE CIÊNCIA

Contrato N°:

Objeto:

Contratante:

Gestor do Contrato:

Matrícula:

Contratada: CNPJ:

Preposto da Contratada:

CPF:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e Conhecer o teor o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes no CENSIPAM.

Anexo III - Índice de Medicação de Resultado.pdf

ANEXO VII

I - Instrumento de Medição de Resultado – IMR

NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS

IAP- ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Este indicador será aplicado para medir o nível mínimo de disponibilidade d o serviço de rastreamento satelital e trocas de mensagens
Meta a Cumprir	IAP = > 95%
Instrumento de medição	Disponibilidade do serviço de rastreamento e troca de mensagens Curtas, Relatório de ocorrências dos fiscais técnico e requisitante
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$II = (HIP - HIT) / (HTP - HMP) \times 100$ <p style="text-align: center;">onde:</p> <p style="text-align: center;">II – Índice de Indisponibilidade</p> <p style="text-align: center;">HIP – Horas Indisponíveis no mês;</p> <p style="text-align: center;">HIT – Horas Indisponíveis causadas por Terceiros;</p> <p style="text-align: center;">HTP – Horas Totais no Período = Qtd Dias Mês x 24;</p> <p style="text-align: center;">HMP – Horas de Manutenção Preventivas (*);</p> <p style="text-align: center;">* HMP – Horas de Manutenção Preventivas – São períodos de manutenção programada autorizadas pelo CONTRATANTE.</p> $IAP = 100 - II$ <p style="text-align: center;">onde: IAP = Índice de de Atendimento no Prazo;</p> <p style="text-align: center;">II – Índice de Indisponibilidade</p>
Início de Vigência	A partir da Ativação e Início da Prestação do Serviço
Faixas de Ajuste no Pagamento e Sanções	Para: $80\% \leq IAP < 99,7\%$;
	aplicar-se-á multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor anual do contrato.
	Para: $60\% \leq IAP < 80\%$; aplicar-se-á multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor anual do contrato.
	Para: $50\% \leq IAP < 60\%$; aplicar-se-á multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor anual do contrato.
	Para: $IAP < 50\%$; aplicar-se-á multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela anual do contrato.
	<p>O não atingimento do nível mínimo de disponibilidade, por mais de 3 meses seguidos implicará em multa, no percentual de 1% do valor anual do contrato, por ocorrência.</p> <p>Os valores serão cobrados pelos meios permitidos em lei</p>

PIA-INDICADOR DE PRAZO DE INÍCIO DE ATENDIMENTO DE CHAMADO/MANUTENÇÃO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Define níveis de serviço para o início do atendimento dos chamados e demandas encaminhadas para manutenção para a CONTRATADA. O início do atendimento de uma solicitação ou demanda é contabilizado a partir do seu recebimento pela CONTRATADA, responsável por executar o serviço demandado.
Meta a cumprir	$IPIA \geq 90\%$
Instrumento de medição	Registro de acompanhamento de chamados e Registro de ocorrências da execução contratual
Periodicidade	Acompanhamento contínuo do contrato
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IPIA = (TCP / TC) \times 100$ <p>onde:</p> <p>TCP - Total de chamados/manutenções iniciados dentro do prazo no período considerado</p> <p>TC - Total de chamados/manutenções realizados no período considerado</p>
Observações	Obs1: Não serão computados atrasos quando estes forem ocasionados pela CONTRATANTE ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pela CONTRATANTE. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo gestor do Contrato.
Início de Vigência	A partir da emissão da OS
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para: $80\% \leq IPIA < 90\%$; aplicar-se-á glosa de 1% (um por cento) do valor da fatura mensal.</p> <p>Para: $60\% \leq IPIA < 80\%$; aplicar-se-á glosa de 2% (um por cento) do valor da fatura mensal.</p> <p>Para: $50\% \leq IPIA < 60\%$; aplicar-se-á glosa de 3% (um por cento) do valor da fatura mensal.</p> <p>Para: $IPIA < 50\%$; aplicar-se-á glosa de 4 % (um por cento) do valor da fatura mensal.</p>

CRDP – INDICADOR DE CHAMADO/MANUTENÇÃO RESOLVIDO DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Define o percentual de chamados que devem ser resolvidos dentro do prazo estabelecido.
Meta a cumprir	ICRDP \geq 90%
Instrumento de medição	Registro de acompanhamento de chamados e Registro de ocorrências da execução contratual
Periodicidade	Acompanhamento contínuo do contrato
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$\text{ICRDP} = \text{TCR} / \text{TCA} \times 100$ <p>onde:</p> <p>TCR - Total de chamados/manutenções resolvidos dentro do período mensal de apuração</p> <p>TCA - Total de chamados/manutenções abertos</p>
Observações	Obs1: Não serão computados atrasos quando estes forem ocasionados pela CONTRATANTE ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pela CONTRATANTE. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo gestor do Contrato.
Início de Vigência	A partir da emissão da OS
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para: $80\% \leq \text{ICRDP} < 90\%$; aplicar-se-á glosa de 1% (um por cento) do valor da fatura mensal.</p> <p>Para: $60\% \leq \text{ICRDP} < 80\%$; aplicar-se-á glosa de 2% (um por cento) do valor da fatura mensal.</p> <p>Para: $50\% \leq \text{ICRDP} < 60\%$; aplicar-se-á glosa de 3% (um por cento) do valor da fatura mensal.</p> <p>Para: $\text{ICRDP} < 50\%$; aplicar-se-á glosa de 4 % (um por cento) do valor da fatura mensal.</p>

PIA – INDICADOR DE CHAMADO/MANUTENÇÃO REABERTO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Define os níveis mínimos de serviço para o percentual de chamados que podem ser reabertos pela área demandante, nos casos em que a solicitação original não tenha sido atendida.
Meta a cumprir	ICRA \geq 90%
Instrumento de medição	Registro de acompanhamento de chamados e Registro de ocorrências da execução contratual
Periodicidade	Acompanhamento contínuo do contrato
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$\text{ICRA} = (\text{TCA} - \text{TCRA}) / \text{TCA} \times 100$ <p>onde:</p> <p>TCA - Total de chamados/manutenções concluídos no período mensal</p>

	TCRA - Total de chamados/manutenções concluídos no período mensal e reabertos novamente
Observações	Obs1: Caso o chamado seja encerrado pela CONTRATADA sem anuência da área demandante ou sem que o(s) problema(s) tenha(m) sido de fato resolvido(s), será reaberto e os prazos serão contados em continuidade ao expresso inicialmente na abertura original da solicitação da atividade de TIC, inclusive para efeito de aplicação das sanções previstas.
Início de Vigência	A partir da emissão da OS
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para: $80\% \leq \text{ICRA} < 90\%$; aplicar-se-á glosa de 1% (um por cento) do valor da fatura mensal.</p> <p>Para: $60\% \leq \text{ICRA} < 80\%$; aplicar-se-á glosa de 2% (um por cento) do valor da fatura mensal.</p> <p>Para: $50\% \leq \text{ICRA} < 60\%$; aplicar-se-á glosa de 3% (um por cento) do valor da fatura mensal.</p> <p>Para: $\text{ICRA} < 50\%$; aplicar-se-á glosa de 4% (um por cento) do valor da fatura mensal.</p>

Anexo IV - Cdastro de Usuario Externo no Sistema Eletronico de Informacoes.pdf

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO

CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES Super.GOV.BR (Base SEI)

Nome completo e sem abreviaturas:	
Registro Geral (Identidade):	Órgão Expedidor:
CPF:	Telefones com DDD: ()
Endereço eletrônico (e-mail):	

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

1. Declaro aceitar os termos e condições que regem o processo eletrônico, previstos no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

2. Declaro, ainda, que são de minha exclusiva responsabilidade:

I. O sigilo da senha de acesso, não sendo oponente, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II. A conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de usuário externo- SEI/MD e os constantes dos documentos particulares apresentados, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;

III. A conservação dos originais em papel de documentos digitalizados, enviados por meio convencional, até que decaia o direito da Administração Pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao CENSIPAM para qualquer tipo de conferência;

IV. A assinatura, por meio eletrônico, dos documentos disponibilizados pelo sistema, sempre que solicitado;

V. A realização por meio eletrônico dos atos e comunicações processuais, além da apresentada na alínea IV, de acompanhar o trâmite do processo, receber ofícios e notificações e acompanhar no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, na internet, as informações referentes ao SEI.

VI. A observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI-MD, considerando-se tempestivos os atos praticados até 23 horas e 59 minutos e 59 segundos, do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo.

VII. A consulta periódica ao SEI-MD, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema;

VIII. As condições de minha rede de comunicação, o acesso ao provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO

IX. A observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

3. Para que este cadastro seja aprovado, devo apresentar ao CENSIPAM, juntamente com o presente Termo assinado, as cópias dos seguintes documentos:

- Comprovante de Residência.
- Registro Geral (Identidade).
- CPF.
- Última alteração contratual e/ou procuração com poderes legais de representação registrada em cartório.

4. Tenho ciência que, sendo declarado vencedor do certame licitatório, deverei realizar o cadastro eletrônico de usuário externo no site do SEI-MD, disponível em:

https://super.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0

antes do momento da assinatura do contrato e aguardar a aprovação do cadastro.

Local, _____ de _____ de _____ .

Nome Legível

Assinatura conforme documento com foto Apresentada

Anexo V - Carta de Apresentacao de Representante Legal.pdf

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

Ao

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA (CENSIPAM)

Comissão Permanente de Licitação

Licitação Nº _____

Prezado(a) Senhor(a),

Eu, _____, em conformidade com os termos da licitação mencionado, reconheço o/a Sr./Sra., como nosso/a representante legal, identificado/a pelo documento de identificação (identidade, ou, passaporte válido) Nº _____, a quem atribuímos os mais amplos poderes, inclusive a interposição de recursos, quando aplicável, bem como comprometer, desistir, assinar documentos e atas e realizar todos os outros atos nesta Licitação.

Declaro também o pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a esta Licitação.

Encontra-se, em anexo, cópia de meu documento de identidade/passaporte válido/CPF.

Assinatura da Autoridade

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ
dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ

>>>> Favor apresentar um documento de identidade ou Passaporte original válido do Representante Legal junto com este documento <<<<

OBS: A contratada é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento

**Anexo VI - Modelo de Termo de Recebimento
Provisorio.pdf**

MODELOS DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA
AMAZÔNIA**

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

1 - Identificação

OS nº	Data do recebimento:
Dados do Contrato	
Contrato/NE nº	Processo NUP:
Contratada:	CNPJ:
Representante da Contratada:	
Objeto contratual:	

2 - Equipe de Fiscalização do recebimento provisório.

Gestor	
Fiscal Técnico:	
Fiscal Requisitante:	
Fiscal Administrativo:	
Nº do Portaria e Boletim da publicação da equipe:	

3 - Referências contratuais.

4 - Itens recebidos provisoriamente.

5 - Relatório de análise do recebimento provisório.

Com aprovação total ou parcial, observações e relato das inconsistências

6 - Signatários do Termo de Recebimento Provisório.

O Gestor do Contrato e o Fiscal Técnico do Contrato atestam que foi recebido provisoriamente, com/sem pendências, o material/serviço em conformidade com o objeto do referido contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços e/ou bens ocorrerá em até **XX** dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Projeto Básico do Contrato acima identificado.

Ratificamos por meio deste Termo de Recebimento Provisório a plena concordância com seu conteúdo e, para tanto, o subscrevemos:

Brasília, de de 202x.

Gestor do Contrato	Fiscal Técnico do Contrato
Matrícula:	Matrícula:

**Anexo VII - Modelo de Termo de Recebimento
Definitivo.pdf**

MODELOS DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA
AMAZÔNIA**

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1 - Identificação

OS n°	Data do recebimento:
Dados do Contrato	
Contrato/NE n°	Processo NUP:
Contratada:	CNPJ:
Representante da contratada:	
Objeto contratual:	

2 - Equipe de fiscalização de recebimento definitivo.

Gestor:	
Fiscal Técnico:	
Fiscal Requisitante:	
Fiscal Administrativo:	
N° do Portaria e Boletim da publicação da equipe:	

3 - Referências contratuais.

4 - Itens recebidos definitivamente.

5 - Relatório de análise do recebimento definitivo.

Com aprovação total ou parcial, observações e relato das inconsistências.

6 - Signatários do Termo de Recebimento Definitivo.

O Gestor e o Fiscal Técnico do Contrato atestam que foi recebido definitivamente, com/sem pendências, o material/serviço em conformidade com o objeto do referido contrato.

Ratificamos por meio deste Termo de Recebimento Definitivo a plena concordância com seu conteúdo e, para tanto, o subscrevemos:

Brasília, de de 202x.

Gestor do Contrato

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula:

Matrícula:

Anexo VIII - Modelo de Termo de Encerramento Contratual.pdf

MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA
AMAZÔNIA**

TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Identificação

Contrato Número:	
Objeto:	
Contratante:	
CNPJ:	
Contratada:	
CNPJ:	

Termos

1. Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe, e ressaltar o que segue:

I -O presente contrato está sendo encerrado por motivo de:

II - As partes concedem- se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no inciso a seguir.

III - Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- a) As obrigações relacionadas a processos iniciados e/ou vigentes de penalização contratual;
- b) A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados;
- c) O comprometimento firmado no Termo de Compromisso;

d) O comprometimento firmado na Declaração de Sigilo

e) ...

f) . Outras pendências caso existam.

Reiteram as partes que o foro da dirimir qualquer conflito decorrente do contrato em epígrafe será o de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

De acordo

CONTRATANTE	CONTRATADA
Autoridade da Área Administrativa	Representante Legal
<p>_____</p> <p>Matrícula:</p>	<p>_____</p>
Brasília-DF, _____ de _____ de 20 _____.	

**Anexo IX - Estudo Tecnico Preliminar 100_2023 05 02
24.pdf**

Estudo Técnico Preliminar 100/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 60090.000684/2023-12

2. Descrição da necessidade

A presente contratação justifica-se pelo fato dos comunicadores *satelital* bilateral (SPOT X), total 10 (DEZ) equipamentos, que integram o conjunto de soluções do CENSIPAM, desde 2022, utilizado na localização/rastreamento de pessoas para a base de apoio das operações, através do serviço de posicionamento por satélite (GPS), em tempo real e ininterrupto, estarem sem o serviço de telemetria, devendo ter a ativação do serviço de Assinatura de Link Via Satélite contratado por 01 ano, prorrogável por mais 04 anos, totalizando 05 anos.

Apesar do CENSIPAM, por meio da disponibilização de ferramentas de comando e controle, geoprocessamento e análise de imagens, levantamento de alvos (GIPAM), Imageamento por SARP, comunicação via satélite (VSAT), ter um serviço bastante robusto, necessita contar, também, com a solução de comunicação homem/homem, para aumento da segurança dos agentes em campo.

Os equipamentos de comunicação servem para o uso das equipes do CENSIPAM, tanto de Brasília/DF (CCG), quanto dos centros regionais: Manaus/AM (CR-MN), Belém/PA (CR-BE) e Porto Velho/RO (CR-PV), além da prestação de apoio aos órgãos parceiros durante os deslocamentos das equipes em missões de campo, onde não haja sinal de telefonia celular, ou, de qualquer outro meio de comunicação. Ressalta-se que cabe ao CENSIPAM atuar na proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, articulação, planejamento, integração de informações e geração de conhecimento de forma continuada.

Para tal, faz-se necessária a constante atualização e ampliação dos meios tecnológicos para a execução destas tarefas. Desse modo, a presente demanda, quantificada pelo total de 10 (dez) comunicadores existentes, sendo a ativação do serviço para cada um dos equipamentos, é essencial em benefício da consecução das atividades desenvolvidas por este Centro Gestor, em especial, de apoio ao homem nas missões de campo, contribuindo para o sucesso das ações governamentais no combate aos ilícitos na Região Amazônica.

DISTRIBUIÇÃO SPOT X

CCG / CENTROS REGIONAIS

TOTAL 10 (DEZ)

LOCALIDADE	Quantidade de Spot X
Centro de Coordenação Geral Brasília	4
Centro Regional de Porto Velho	2
Centro Regional de Manaus	2
Centro Regional de Belém	2
TOTAL	10

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Sensores e Inovação	Francisco Correia Lima Neto

4. Necessidades de Negócio

Requisitos de negócio - (IN. 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “a”).

Trata-se de contratação de solução de Ativação de Assinatura do Serviço de *Link* Via Satélite para comunicadores do tipo Spot X, conforme suas Especificações Técnicas, pormenorizadas no Anexo I ao Termo de Referência. O provimento do serviço, independentemente da empresa a ser contratada, dar-se-á através da conexão do aparelho (Spot X), a uma rede satelital por meio de estabelecimento de um *link* em visada, ou seja, é necessário que o aparelho esteja com sua antena apontada para a direção do satélite provedor do serviço. No caso, de existência de obstáculos sólidos no caminho e essas condicionantes não sejam atendidas, ainda assim, o serviço deverá ser mantido normalmente. Devendo ser garantida a disponibilidade de uso contínuo do serviço.

Requisitos de capacitação - (IN. 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “b”).

Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos legais - (IN. 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “c”).

O presente processo de contratação adere à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

instrução Normativa SLTI nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2020 a 2023, versão 2020.4 (ainda não atualizado até a presente data, fevereiro de) – Pode ser acessado por meio do link(https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/pdtic-2020-a-2023-1/arquivo/plano-diretor-datecnologia-da-informacao-pdtic_2020-a-2023.pdf);

Plano de Trabalho Anual – PTA, de 2024;

Planejamento e Gerenciamento de Contratação (PGC) de 2024, disponibilizado na Internet (<https://pgc-anterior.planejamento.gov.br/login?cnet-id=e3cd0fce-2bdf-4d1b-9e58-b5f4954825fe>);

Resolução CIG-CENSIPAM/SG-MD Nº 1 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022 que Aprova o Plano de Segurança Orgânica do Censipam e suas Normas Internas de Aplicação;

Portaria GM-MD nº 5.659, de 18 de novembro de 2022 – Aprova a Política de Segurança da Informação da administração central do Ministério da Defesa – POSIN-MD;

Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC – Versão 4, disponível em https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf.

Requisitos de manutenção - (IN. 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “d”).

Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

O suporte deve ser prestado pelo fabricante em português.

Requisitos temporais - (IN. 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “e”).

Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de, 02 dias corridos para as capitais dos estados, e de 02 dias corridos para as demais localidades, pois se trata de serviço remoto, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento

Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Serviço	Prazo máximo de início de atendimento
Solução inoperante. Os serviços estão indisponíveis	Em até 4 horas
Erros ou problemas recorrentes que impactam a operação da solução. Os serviços continuam disponíveis	Em até 16 horas
Problemas contornáveis, não afetando a performance, serviço ou operação ou a função afetada somente é utilizada eventualmente ou temporariamente	Em até 48 horas
Destinados à implementação de procedimentos de melhorias e correções com vistas a prevenir a ocorrência de problemas, elaboração de diagnósticos e esclarecimento de dúvidas	Em até 48 horas

Considera-se a data de início de execução dos serviços a partir da assinatura do contrato e ativação do serviço. A contratação dos serviços dar-se-á em regime 24x7, ou seja, os serviços deverão estar permanentemente disponíveis todos os dias, inclusive em horários noturnos, finais de semana e feriados..

Requisitos de Segurança e Privacidade- (IN. 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “f”).

A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e somente acessará ao sistema interno do CENSIPAM, caso autorizado por este.

A CONTRATADA deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo, anexo II ao Termo de Referência.

Deverá ser mantido sigilo pelo Contratado sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato.

Os conhecimentos, dados e informações de propriedade do Censipam repassados ao Contratado por força do objeto do contrato, constituem informação privilegiada e possuem caráter de confidencialidade. Não será permitida ao Contratado a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do Censipam.

O Contratado deverá comunicar ao Contratante qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionário, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acessos aos sistemas, informações e recursos do Contratante, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.

O Contratado deverá seguir no que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade”, constante da Seção 7 do Anexo da IN SGD/ME nº 94/2022. Guia disponível em (<https://www.gov.br/governodigital>).

Requisitos sociais, ambientais e culturais - (IN. 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “g”).

O serviço deve estar aderente às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

Os profissionais do Contratado quando estiverem nas dependências do Censipam, deverão apresentar-se vestindo de forma adequada ao ambiente de trabalho, utilizando vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional; e

Os profissionais do Contratado deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo.

5. Necessidades Tecnológicas

IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

A prestação do serviço deve atender a legislação brasileira em especial as aplicáveis pela ANATEL.

A solução deve possibilitar a o rastreamento pessoal via satélite, a comunicação por mensagens curtas e o e acionamento de emergência (SOS).

O Censipam deverá disponibilizar a infraestrutura tecnológica, para o caso da atualização de *firmware* dos comunicadores, para prestação do serviço contratado.

Requisitos de Projeto e de Implementação

Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

A ativação do serviço e atualização dos comunicadores deverá ocorrer em conjunto: contratada / equipe de gestão do contrato.

Requisitos de Implantação

Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

O preposto da empresa coordenará a ativação do serviço, a sincronização dos equipamentos, e atualização de *firmware*, em remessa única, para cada 01 (um) dos 10 (dez) equipamentos Spot X, distribuídos no Centro Regional de Belém: 02 (dois) SPOT X, Centro Regional de Porto Velho: 02 (dois) SPOT X, Centro Regional de Manaus: 02 (dois) SPOT X e para a Coordenação-Geral de Brasília: 04 (quatro) SPOT X, junto ao gestor do contrato, que fica sediado no Centro de Coordenação-Geral do CENSIPAM (CCG), situado na Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco K, CEP 70610-200, em Brasília-DF, em horário de expediente, das 09h30 às 11h30 e das 14h00 às 17h30, telefones (61) 3214-0229.

Requisitos de Garantia e Manutenção - (IN. 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “d”).

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do item 6 em "Garantia da Contratação" deste Estudo Técnico Preliminar".

A Contratada deverá disponibilizar para abertura de chamados, um, ou, a combinação dos seguintes meios: telefone, aplicativo, internet, às suas expensas para solicitação de suporte técnico.

Na abertura de chamados técnicos junto à Central de Atendimento da contratada serão fornecidas as seguintes informações:

Problema observado;

Nome, telefone, e-mail do profissional do Censipam responsável pela solicitação;

Severidade do chamado, conforme a Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados, conforme a tabela no item 4, REQUISITOS TEMPORAIS, deste Estudo Técnico Preliminar;

Todas as solicitações feitas pela Contratante deverão ser registradas pela Contratada em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços, e

A Contratada informará o número do chamado técnico no ato da comunicação efetuada pela equipe do Censipam, o qual servirá de referência para acompanhamento do chamado, inclusive após o encerramento do mesmo.

Requisitos de capacitação - (IN. 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “e”).

Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe (IN. 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “f”).

Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Experiência Profissional (IN. 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “g”).

Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente a contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho (IN. 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “h”).

A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica, e 24 horas por dia e 07 dias por semana por via telefônica.

A execução do serviço dever ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade (IN. 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “i”).

O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do Censipam;

O Contratado é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto e forma divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Censipam a tais documentos;

Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal, relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial, atenção à Lei de Geral de Proteção de Dados nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, ao Decreto Federal nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares);

O Contratado deverá ter ciência da Política de Segurança da Informação (POSIN-MD) (https://www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/legislacao/posin-md-2022.pdf/@download/file/pol%C3%ADtica-de-seguranca-da-Informacao-da-administracao-central-do-ministerio_da_defesa-posin-de-18-novembro-de-2022.pdf); e

O Contratado deverá assinar o Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, anexo II ao Termo de Referência.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

A licitante vencedora deverá emitir auto-declaração de que observa os Critérios de Sustentabilidade Ambiental conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª Edição - Set/2023, de acordo com ações a serem adotadas como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais, “nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências.

Nota: A contratada não prestará o serviço objeto da licitação utilizando-se das dependências do Contratante.

Da Exigência de Carta de Solidariedade

Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

Não haverá exigência a garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo listadas:

O pagamento somente será efetuado após a aferição de sua execução e a aplicação de eventuais glosas;

O objeto ora contrato não é complexo;

É um serviço comum;

Não foram identificados riscos a contratação que justifiquem a sua exigência, e

Para efeito de encerramento contratual deverá ser emitido o Termo de Encerramento Contratual.

Informações relevantes para o apresentação da proposta

A demanda do órgão tem como base as características apresentadas no Anexo I ao Termo de Referência – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Item	Descrição do serviço	QUANTIDADE TOTAL de SERVIÇO	Unidade	Justificativa
1	Ativação de Assinatura do Serviço de Link Via Satélite para comunicadores do tipo Spot X	10	UND	Conforme descrito na Seção 2. (Descrição da Necessidade)

8. Levantamento de soluções

A solução aqui pretendida tem com objetivo selecionar serviço de link *satelital* que, utilizando o terminal móvel (SPOT X), já constantes do patrimônio do CENSIPAM, possibilitem o rastreamento da movimentação de pessoas em equipes de campo, o envio de sinalização emergencial e a transmissão/recebimento de mensagem por meio de SMS, ou, e-mail's curtos, entre o SPOT X / SPOT X e SPOT X / CELULAR, ou, vice-versa, tendo como referência os requisitos definidos na seção necessidades tecnológica e de negócio deste Estudo Técnico Preliminar.

Deseja-se obter sinal de satélite com cobertura abrangendo todo território Nacional "independente da altura de órbita". De maneira que os comunicadores SPOT X consigam receber e enviar sinais em locais onde a telefonia celular não alcança, o que é o caso, na maior parte da região amazônica. No entanto, poderá acontecer, em uma situação extrema com neblina, chuva ou mata cerrada, que o pleno funcionamento do transmissor seja prejudicado e não ocorra o envio/recebimento de MSG e, até mesmo, as chamadas de emergência sofram problema de continuidade do serviço, características presentes no uso desta tecnologia.

9. Análise comparativa de soluções

Pelo fato do CENSIPAM já possuir o SPOT X, as soluções de mercado encontradas em pesquisas na internet foram identificadas dentro dos requisitos que se adequem ao modelo específico de equipamento em epígrafe, portanto, foram pesquisadas e encontradas as seguintes soluções de prestadores de serviço de rastreamento de pessoas, utilizando a tecnologia dos dispositivos SPOT X: Empresa COVERSAT, GLOBALSAT, RID e RÔMULO SALVADOR.

Todas fornecem planos contratuais anuais com prazo de 12 meses, com a opção de pagamentos mensais, ou, um pagamento antecipado anual. Os clientes que preferirem fazer um pagamento adiantado têm o benefício de receber antecipadamente todas as mensagens correspondentes ao plano no momento da ativação, para uso com a frequência que desejarem ao longo do ano. Os clientes que preferirem fazer pagamentos mensais devem observar que as mensagens não utilizadas não serão transferidas para o próximo mês. Segue abaixo as opções de planos ofertados:

PLANO BÁSICO: (20 MENSAGENS PERSONALIZADAS "R\$1,00 por mensagem adicional"; SOS ILIMITADO; CHECK-IN ILIMITADO; MENSAGENS PREDEFINIDAS ILIMITADO; INTERVALOS DE RASTREIO 10, 30 e 60 minutos " Rastreamento precisa ser reativado após 24 horas"; ALERTA DE MOVIMENTO Não Incluído; TAXA DE ATIVAÇÃO: R\$ 220,00);

PLANO AVANÇADO: (20 MENSAGENS PERSONALIZADAS "R\$1,00 por mensagem adicional"; SOS ILIMITADO; CHECK-IN ILIMITADO; MENSAGENS PREDEFINIDAS ILIMITADO; INTERVALOS DE RASTREIO 5, 10, 30 e 60 minutos ; ALERTA DE MOVIMENTO 30 min, 60 min, 4 hr, 12 hr; TAXA DE ATIVAÇÃO: R\$ 220,00);

PLANO ILIMITADO: (20 MENSAGENS PERSONALIZADAS ILIMITADO; SOS ILIMITADO; CHECK-IN ILIMITADO; MENSAGENS PREDEFINIDAS ILIMITADO; INTERVALOS DE RASTREIO 2½, 5, 10, 30 e 60 minutos; ALERTA DE MOVIMENTO 30 min, 60 min, 4 hr, 12 hr; TAXA DE ATIVAÇÃO: R\$ 220,00).

O consumo de mensagens dos Planos Anuais inclui mensagens recebidas e enviadas. Todos os planos anuais estão sujeitos a uma taxa de ativação única, nenhuma taxa se aplica à mudança para um plano anual mais inclusivo (*upgrade*); existe uma taxa que se aplica à mudança para um plano anual menos inclusivo (*downgrade*).

De acordo com as opções de planos de serviço apresentadas, o CENIPAM, optará pela contratação do plano de serviço anual, ilimitado, na opção de pagamento mensal, por apresentar vantajosidade em relação aos demais.

Segue abaixo a descrição do Plano de Serviço para spot X:

- Plano de serviço anual, ilimitado, na opção de pagamento mensal.
- A solução deverá oferecer rastreamento online e serviços de mapeamento.
- Mensagens Personalizadas Ilimitadas e bidirecionais.
- S.O.S. Ilimitado.
- Check-In Ilimitado.
- Mensagens Predefinidas Ilimitadas.
- Intervalos de Rastreo 2½, 5, 10, 30 e 60 minutos.
- Incluídas todas as taxas de ativação dos serviços.
- Cobertura - Todo o Território Nacional.
- Taxa de ativação já inclusa no valor do plano.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Não se aplica.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

As pesquisas realizadas na estimativa de preços para o objeto pretendido, resultaram da elaboração da Memória de cálculo ID SEI (6881376).

Em face da metodologia de cálculo adotada segundo os procedimentos exigidos na IN SGD/ME 65/2021, segue a média de preço obtido para o item pesquisado, compondo assim, o valor estimado para contratação em função das pesquisas realizadas, conforme planilha de análise crítica de preços ID SEI (6869906).

Resultado médio das pesquisas de preços efetuadas:

ITEM	DESCRIÇÃO do OBJETO	Unidade de Medida	QUANTIDADE TOTAL de SERVIÇO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	Ativação de Assinatura do Serviço de Link Via Satélite para comunicadores do tipo Spot X	UN	10	R\$ 2.335,90	R\$ 28.030,80

Posto isto, cumpre esclarecer que o dever de licitar é imposto a toda a Administração Pública pelo inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal e pelo Art. 6 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Portanto, em observância ao cumprimento destas leis, a modalidade de Licitação a ser empregada na aquisição do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, será a "LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço do item".

A "QUANTIDADE TOTAL de SERVIÇO", na tabela acima, é igual a 10 (DEZ), referentes à ativação do Serviço de Link Via Satélite para 10 (DEZ) comunicadores do tipo Spot X, sendo 01 (UM) serviço para cada comunicador.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

A descrição da solução como um todo abrange a contratação por, "LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço do item", de empresa especializada para provimento da Ativação de Assinatura do Serviço de Link Via Satélite para comunicadores do tipo Spot X. Os serviços a serem contratados seguem relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL de SERVIÇO	NATUREZA
1	Ativação de Assinatura do Serviço de Link Via Satélite para comunicadores do tipo Spot X	26565	Unidade	10	Serviço

O código CATSER, encontra-se cadastrado e ativo, constando no portal de Pannel de Preços no seguinte endereço <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>.

Serviços a serem disponibilizados:

O modelo de referência para suprir os serviços dos comunicadores Spot X, deverá atender aos seguintes requisitos:

1) Características Principais dos comunicadores Spot X:

Mensagens - Possibilita a troca de mensagens de SMS e/ou e-mail; S.O.S. - Usuários podem enviar uma mensagem de emergência e transmitir coordenadas de GPS (botão de pânico); Rastreo - Monitora o movimento em intervalos de 2½, 5, 10, 30 ou 60 minutos permitindo o acompanhamento do deslocamento através de ferramenta web; Check-in. Bússola - Bússola integrada e pontos de referência programáveis para auxílio na navegação durante o deslocamento.

2) O modelo de referência para ativação e prestação dos serviços aos comunicadores Spot X, deverão obedecer aos seguintes requisitos.

Plano de Serviços:

- Plano de serviço anual, ilimitado, na opção de pagamento mensal.
- Pagamento mensal - Contrato de 12 meses, incluindo Solução de Gerenciamento de Dados e Mapeamento.
- A solução deverá oferecer rastreamento online e serviços de mapeamento.
- Mensagens Personalizadas Ilimitadas e bidirecionais.
- S.O.S. Ilimitado.
- Check-In Ilimitado.
- Mensagens Predefinidas Ilimitadas.
- Intervalos de Rastreo 2½, 5, 10, 30 e 60 minutos.
- Incluídas todas as taxas de ativação dos serviços.
- Cobertura - Todo o Território Nacional.
- Taxa de ativação inclusa no valor do plano.

A ativação para prestação do serviço e a sincronização dos equipamentos, em remessa única, para cada 01 (um), dos 10 (dez) equipamentos Spot X, distribuídos, conforme tabela abaixo, junto ao gestor do contrato, sediado no Centro de Coordenação-Geral do CENSIPAM (CCG), situado na Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco K, CEP 70610-200, em Brasília-DF, ocorrerá em horário de expediente, das 09h30 às 11h30 e das 14h00 às 17h30, telefones (61) 3214-0229, conforme condições definidas no Termo de Referência.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 28.030,80

Valor (R\$): 28.030,80

O valor total anual da contratação foi estimado em R\$ 28.030,80 (vinte e oito mil e trinta reais e oitenta centavos), distribuídos conforme demonstrado na seção 11 - Análise Comparativa de Custos (TCO).

14. Justificativa técnica da escolha da solução

A aquisição de Ativação de Assinatura do Serviço de Link Via Satélite para comunicadores do tipo Spot X, possibilitará a troca de mensagens curtas bidirecionais e identificação da localização dos agentes.

A solução da presente demanda deve constar, no mínimo, de comunicação via satélite por mensagens personalizadas e/ou predefinidas, além do rastreamento por via GPS e acionamento de emergência (SOS) para atender a cada uma das bases de apoio durante as operação que envolvam a participação do Censipam, isoladamente, ou, em conjunto com órgãos parceiros.

Tal necessidade se dá em função das ações serem realizadas nas áreas de atuação acima descritas, onde as especificidades das ações e da região são requeridas a comunicação por via satélite, com a finalidade de melhorar a segurança e o eventual resgate de servidores e/ou militares em apoio à operação. Assim, a solução de serviço adotada atende todos os requisitos de negócio e técnicos, além de possibilitar a consecução da missão finalística do Censipam por meio do apoio às missões das equipes em campo, provendo a comunicação, o rastreamento e envio de sinalização de socorro (SOS) por parte destas equipes, utilizando tecnologia via satélite em locais remotos da Amazônia Legal, sem outras formas de conectividade/comunicação, considerando também, que o Censipam já dispõe dos equipamentos Spot X como solução viável para utilização nas missões de campo da instituição e dos órgãos parceiros.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

O Censipam já possui o comunicador bilateral SPOT X vinculado ao seu patrimônio, portanto, a aquisição, somente, da ativação e do serviço constante na análise comparativa de soluções, torna-se mais vantajoso e economicamente viável do ponto de vista financeiro, considerando também, o ponto de vista operacional, onde a maior usuária do equipamento no CENSIPAM, a Coordenação-Geral de Inteligência, avaliou o uso do Spot X, como equipamento viável no rastreamento e na localização de pessoas e, eventual, acionamento dos meios de socorro, conforme Relatório (6509209) e Despacho 331 (6495723), da coordenação mencionada. Por fim, o restabelecimento da ativação e uso do serviço requerido, irá incrementar a segurança dos membros das equipes engajadas nas missões de campo.

DISTRIBUIÇÃO SPOT X NO CENSIPAM

CCG e Centros Regionais

TOTAL 10 (DEZ)

LOCALIDADE	PATRIMÔNIO	SÉRIE	NÚMERO SPOT X
Centro de Coordenação Geral Brasília	6368080	0-3755384	1
	6368081	0-3778104	2
	6368082	0-3778636	3
	6368083	0-3778722	4
Centro Regional de Porto Velho	6368084	0-3778740	5
	6368085	0-3778848	6
Centro Regional de Manaus	6368086	0-3779082	7
	6368087	0-3779102	8

Centro Regional de Belém	6368088	0-3779268	9
	6368089	0-3779362	10

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O objeto da presente contratação, trata-se de contratação de serviço comum, e espera-se alcançar os objetivos abaixo descritos:

1.

Estabelecer a localização dos servidores e militares, no terreno ou sedes e bases dos órgãos parceiros, durante as operações, principalmente no caso de possível situação de emergência;

2.

Estabelecer um canal de comunicação seguro, rápido e eficiente para o trâmite de mensagens emergenciais;

3.

Proporcionar maior cobertura de alcance de localização para cobrir a áreas mais afastadas da Amazônia Legal; e

4.

Atender às demais necessidades do Censipam, no que tange à segurança dos agentes em atividade de campo.

17. Providências a serem Adotadas

Não se aplica.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento da Contratação declara a solução abordada neste Estudo Técnico Preliminar viável, tendo em vista os estudos realizados na análise das possíveis soluções (itens "8. Levantamento de soluções, 9. Análise comparativa de soluções e 10. Registro de soluções consideradas inviáveis"), nas estimativas de custo (item "13. Estimativa de custo total da contratação" deste Estudo Técnico Preliminar), além da disponibilidade de fornecimento dos bens pelo mercado (item "11. Levantamento de soluções").

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

OSCAR AIRES DA SILVA FILHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/02/2024 às 15:52:11.